

Termo de Adesão e Compromisso

Ação de individual do reajuste de 28,86% oriundos das leis nº 8.622 e 8.627 de 1993

Nome _____
nacionalidade _____, data de nascimento ____/____/_____
estado civil _____, profissão _____
RG/UF nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a)
no endereço _____
bairro _____
cidade/UF _____, CEP _____
telefone _____ e-mail _____

perante o **Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA)**, entidade representativa dos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ativos, aposentados e pensionistas, inscrito no CNPJ nº 15.021.685/0001-20, com sede em Brasília – DF, ao qual sou filiado(a), **ADIRO** à oferta da entidade tendo como objeto o intermédio de serviços advocatícios e a serviços de cálculos judiciais visando à **execução individual da sentença da Ação Civil Pública (ACP) nº 0005019-15.1997.4.03.6000, que trata do reajuste salarial de 28,86% para o período de janeiro de 1993 a junho de 1998, descontadas as correções previstas pelas Leis nº 8.622 e 8.627 de 1993**, por meio do Programa de Assistência Jurídica Individual da entidade, manifesto concordância para com seus termos, em especial para com os deveres inerentes, e **FIRMO O COMPROMISSO** de cumpri-los, especialmente: suprir custas processuais e, em caso de êxito na ação, realizar contribuição extraordinária ao SindPFA no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do benefício econômico da demanda, em observância ao Estatuto da entidade, artigo 11, inciso XIII, e artigo 69, inciso XV, e ao regulamento do Programa supracitado, em seu art. 15, inciso IV, devendo fazê-lo em até 10 (dez) dias do recebimento, ainda que não seja mais sindicalizado quando findo o processo, obrigação extensível aos meus herdeiros e sucessores, sendo esta uma obrigação certa, líquida e exigível, valendo este documento como **título executivo extrajudicial**, para fins de execução forçada, consoante ao previsto nos artigos 783 a 785 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), sem prejuízo da retenção dos honorários advocatícios fixados em 9% (nove por cento) do benefício econômico da demanda no contrato firmado com os advogados constituídos e na procuração específica.

Cidade/UF _____, data ____/____/_____.

Assinatura

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____

CPF: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Autorização

Nome _____

CPF nº _____, SIAPE nº _____, servidor(a) público(a) do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, **autorizo o Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários - SindPFA**, inscrito no CNPJ nº 15.021.685/0001-20, entidade sindical representativa dos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550/2002, assim reconhecida pelo Estado brasileiro por meio do Registro Sindical publicado no Diário Oficial da União de 24/11/2016, nº 225, Seção 1, página 58, e ao qual sou filiado, a ter acesso às minhas informações, inclusive pessoais, junto ao órgão, bem como ingressar e atuar como parte interessada em processos administrativos em que eu for parte, exercendo o papel constitucional de substituto processual legal e natural na defesa dos direitos dos seus representados, conforme inciso III do artigo 8º da Constituição Federal de 1988. Esta autorização inclui – mas não se restringe – a cadastro funcional, fichas financeiras, contracheques, avaliações, histórico das pontuações e quaisquer outros processos administrativos em que eu for parte interessada e é válida por tempo indeterminado.

Cidade/UF _____, data ____/____/_____.

Assinatura